

A
Plenária Estadual das CIMs-RS

Como representantes da comunidade no Conselho Estadual de Saúde (CES-RS), temos acompanhado o processo de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), através dos processos de municipalização nos diferentes Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Temos enfrentado um árduo debate no sentido de que mais e mais seja valorizada a palavra das CIMs, e que as mesmas tenham uma participação cada vez maior de representantes da comunidade.

A luta pela viabilização do SUS passa por escassos recursos, que ao transcorrer do tempo tornam-se ainda menores. A manutenção das municipalizações já efetuadas é difícil. Imagine a expansão do Sistema, através de novos processos de municipalização.

Em meio a essa dificuldade enorme de recursos a serem empregados na área da saúde, surge o Pró-Saúde, com a finalidade de "tornar viável o SUS". Tivemos o contato inicial com a política do Pró-Saúde por meio de uma visita do Dr. Hélio Dourado ao CES-RS.

Nessa oportunidade, a FRACAB questionou a origem deste Plano, salientando que um programa de tal vulto não poderia ser implantado ignorando todos os estudos já existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Salientamos o risco de ser um programa paralelo, que poria em risco a execução da política de saúde do SUS.

A preocupação é com o fato de que estamos com a municipalização em andamento no Estado, e encontramos grande dificuldade de recursos para executar as metas propostas na municipalização. Em contrapartida, o Pró-Saúde é o primo rico, com recursos sobrando e possibilidades ilimitadas de atuação. Será mesmo o Pró-Saúde a forma de viabilizar o SUS? Ou será que é somente um projeto assistencialista, que visa uma ação "emergencial", ignorando as reais necessidades de cada região?

.....

.....

Respondidas estas questões, poderemos traçar com mais exatidão qual a situação atual do SUS.

Estamos em fase de grandes dúvidas, e acreditamos que o momento de discutirmos a validade deste programa é justamente agora, na Plenária Estadual das CIMs, às quais formarão os futuros Conselhos Municipais de Saúde. Não podemos correr o risco de destruir o SUS (conquista social garantida pela Constituição), em favor de um programa que corre o risco de reimplantar um processo centralizador e exclusivamente assistencial.

Queremos a viabilização do SUS, queremos apoiar o Pró-Saúde, desde que este venha a ser convergente com a política de Saúde almejada por todos nós. Não aceitamos o argumento puro e simples de que "o recurso dado de presente deve ser aceito de olhos fechados". Queremos saber qual o preço que será pago no futuro, caso agora venhamos simplesmente ignorar todo o trabalho realizado dentro do processo de municipalização.

Temos um objetivo comum a todos aqueles que defendem a bandeira de "Uma Gestão Social na Saúde". Não queremos mais enganos providos de nosso próprio entusiasmo. O Pró-Saúde será válido à medida em que ele vier a somar dentro da atual política nacional de saúde.

Não abrimos mão de uma discussão aberta com todos os órgãos da sociedade, sobre qual o melhor rumo das reformas na área de saúde. Novos planos e programas não podem simplesmente ignorar o trabalho já executado, não aceitando a participação comunitária como melhor forma de resolver os nossos problemas.

Porto Alegre, 29 de agosto de 1990.

F/Departamento de Saúde da FRACAB

